



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO Nº , de 2019.

(Do Senhor Camilo Capiberibe)

Requer a retirada do Representante das empresas aeroviárias que operam na região do requerimento nº 54/2019, na audiência pública conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para debater a regulamentação das pistas de pouso em terras indígenas, aprovada nesta Comissão.

Senhor Presidente;

Requeiro que seja retirado o Representante das empresas aeroviárias que operam na região, audiência pública conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com o objetivo de debater e buscar solução para regulamentar as pistas de pouso nas terras indígenas, especialmente naquelas do Amapá e Norte do Pará, no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, conjuntamente com os órgãos governamentais responsáveis.

Para tal, proponho permaneça os seguintes convidados já devidamente aprovado por esta Comissão:

- ✓ Representante da Agência Nacional de Aviação Civil;



- ✓ Representante da Força Aérea Brasileira;
- ✓ Representante do Ministério Público Federal;
- ✓ Representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
- ✓ Representante dos Povos Indígenas do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque;

JUSTIFICAÇÃO

A regulamentação das pistas de pousos e decolagens nas Terras Indígenas do Amapá e do Norte do Pará – no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – é uma das principais demandas daquelas comunidades onde as 58 aldeias são acessadas somente por transporte aéreo. Os voos são usados para deslocamento em busca de serviços simples, como o cuidado à saúde, recebimento de aposentadorias, operações bancárias e comerciais e venda de artesanato, por exemplo.

Em 2 de dezembro de 2018, mais um acidente fatal chamou a atenção para os perigos dessas operações clandestinas, necessárias e usuais: um avião de pequeno porte desapareceu, com 8 pessoas, sendo 7 indígenas, no trajeto entre a aldeia Matawaré, da etnia Tiryó, no estado do Pará, dentro da área do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, e a cidade de Laranjal do Jari, no Sul do Amapá.

As buscas iniciaram dois dias depois e foram encerradas duas semanas após. Até hoje não foi localizado o local da queda e, por consequência, destroços da aeronave, sobreviventes ou corpos.

Uma das causas do insucesso nas buscas é a desregulamentação das pistas de pousos e decolagens no Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque e a consequente ausência de plano de voo.

Explico: os voos que partem dessas pistas não regulamentadas não têm nenhuma fiscalização ao deixarem de apresentar um plano de voo, isto é, não há qualquer controle de tráfego aéreo desses deslocamentos.



Muitas aeronaves voam com o *transponder* desligado. Então, nenhum órgão de controle do espaço aéreo toma conhecimento. Há 30 anos ou mais, esses voos clandestinos são realizados sistematicamente.

Segundo matéria publicada no Portal UOL, o Ministério Público do Amapá apontou que existem, pelo menos, 249 pistas de pouso em territórios indígenas não regularizadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Destas, 17 estariam no Parque Nacional do Tumucumaque.

A região Amazônica concentra 17% dos voos comerciais e não comerciais (com aeronaves particulares ou taxi aéreo). Registrou cerca de 280 mil voos em 2017, sendo mais de 112 mil voos não comerciais. Nos últimos 10 anos, os oito estados que abrangem a Floresta Amazônica registraram 923 acidentes e incidentes, sendo 110 fatais. A ausência de regulamentação das pistas não permite saber, obviamente, o número dos voos clandestinos. **Desta forma solicito que sejam excluídos os convidados das empresas de grande porte que opera entre as capitais e não opera em voos de pequenos portes.**

Em 2012, o Ministério Público Federal no Amapá ajuizou uma ação civil público pedindo que a União, a ANAC, a FUNAI e o Instituto Chico Mendes fossem obrigados a regulamentar as pistas de pouso em terras indígenas. A situação permanece inalterada.

Motivado pela gravidade dos fatos e pela urgência de se buscar soluções efetivas para esta situação, conto com os colegas parlamentares para aprovarmos o requerimento para realizar esta audiência pública conjunta com o objetivo de debater e buscar soluções ao problema.

Sala das Comissões, em de Setembro de 2019.

Camilo Capiberibe



Gabinete do Deputado Federal Camilo Capiberibe – PSB/AP

Deputado Federal (PSB/AP)